

## 4. Políticas públicas para a produção de materiais didáticos para educação de jovens e adultos no Brasil entre 1995 e 2017 avanços, contradições e recuos

Paulo Eduardo Dias de Mello

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MELLO, P.E.D. Políticas públicas para a produção de materiais didáticos para educação de jovens e adultos no Brasil entre 1995 e 2017: avanços, contradições e recuos. In: PAIVA, J., comp. *Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019, pp. 79-96. Pesquisa em educação/Educação ao longo da vida series. ISBN: 978-65-990364-9-1. <https://doi.org/10.7476/9786599036491.0005>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# 4

## Políticas públicas para a produção de materiais didáticos para educação de jovens e adultos no Brasil entre 1995 e 2017: avanços, contradições e recuos

Paulo Eduardo Dias de Mello

### Introdução

No Brasil, a oferta de oportunidades de escolarização para jovens e adultos que não concluíram a educação básica representa o resgate de uma dívida histórica. Segundo dados estatísticos atuais, cerca de 65 milhões de brasileiros possuem menos de oito anos de estudos, e cerca de 12 milhões são analfabetos.<sup>1</sup> Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, a educação de jovens e adultos (EJA), constituída como uma modalidade específica da educação básica, tem como objetivo assegurar uma oferta educacional qualificada para essa ampla parcela da população. Um dos elementos de qualificação dessa

---

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/impressa/ppts/00000010135709212012572220530659.pdf>. Acesso em 2 nov. 2013.

oferta são os materiais didáticos (em especial os livros didáticos) oferecidos aos alunos, que necessitam ser adequados ao perfil e às necessidades dos estudantes da EJA, e que dialogue e viabilize as potencialidades de construção de currículos em ação nos contextos escolares e não escolares.

De fato, o tema dos materiais didáticos, seu lugar nas políticas da União<sup>2</sup> para a EJA, e suas relações com as propostas e os métodos de educação de jovens e adultos no Brasil têm sido historicamente objeto de discussões.<sup>3</sup> Segundo Fávero (2007), pelo menos desde o início dos anos 1960, momento de eclosão de vários movimentos e engendramento de propostas de educação popular no país, a temática dos materiais didáticos passou a ocupar posição de destaque na pauta de debates sobre o tema. Mais recentemente, na década de 1990, vários documentos produzidos pelos Fóruns de EJA<sup>4</sup> e nos encontros nacionais de entidades ligadas à EJA destacaram a produção de materiais didáticos como elemento importante da viabilização de propostas e práticas educativas na EJA.

Neste trabalho retomamos o período recente da história da educação brasileira, identificando quais foram as atuações da União na formulação e execução de políticas para EJA, destacando a questão dos materiais didáticos. Exploramos, inicialmente, quais foram as linhas mestras dessas políticas implantadas durante os governos

---

2. No Brasil, a União representa o governo federal, cuja atribuição é desenvolver políticas públicas de âmbito nacional.

3. Nas pesquisas sobre EJA, o tema dos materiais didáticos tem como referência os trabalhos de Fávero (1984; 2006; 2007; 2010 e s. d.), Beisiegel (1984 e 2004) e Paiva (1984 e 2007), que abordam os materiais didáticos produzidos no âmbito de programas e ações desenvolvidos desde a década de 1940.

4. O movimento dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos surgiu em meados da década de 1990, tendo como pauta atuar no processo de construção de políticas públicas de EJA, que assegurassem direitos na área da educação. O movimento possui um Portal no seguinte endereço: <http://www.forumeja.org.br/>

dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), e analisamos suas relações com a sociedade civil e o mercado editorial, na produção de materiais didáticos para a EJA. Por fim, indicamos alguns dos impasses e desafios atuais que se impõem para a questão dos materiais didáticos para a EJA, após sua inserção no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

### **Produção didática para EJA nos anos 1990: entre certificação e produções coletivas**

No campo da EJA, o período histórico que se estende entre 1990 até 2002 — que antecede e se prolonga até o final do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) — foi tensionado pelos embates travados em torno dos marcos legais da EJA e das lutas pela implantação de políticas concretas que assegurassem as conquistas obtidas. Na expressão de Haddad (2007), a década foi marcada pelos “embates entre as conquistas formais de direitos e a negação real pelas políticas”. Assim, por um lado, desenvolvem-se os enfrentamentos promovidos por segmentos que buscavam promover avanços no arcabouço legal que se formulava no país, a partir: da Constituição de 1988; do Plano Decenal de Educação para Todos de 1993; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996; da Lei n. 9.424/96 que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); das discussões sobre Diretrizes Curriculares Nacionais; e do Plano Nacional de Educação de 2001. Por outro lado, desenvolveram-se as lutas pela efetiva implantação das normas legais pelos agentes públicos, por meio de políticas que assegurassem os avanços obtidos.

Entre 1997 e 2002, durante o governo FHC, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia

federal ligada ao Ministério da Educação, passou a responder pelo apoio financeiro da União aos Estados e Municípios para programas de ensino fundamental de jovens e adultos. As iniciativas da União para a alfabetização e capacitação profissional de jovens e adultos passaram a ser coordenadas por setores não educacionais do governo federal, caracterizando-se por intervenções focalizadas ou de caráter compensatório, destinadas a atender prioritariamente as regiões mais pobres do país, destacando-se o Conselho da Comunidade Solidária, no caso do Programa Alfabetização Solidária (PAS); o Ministério do Trabalho e Emprego, como aconteceu com o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR); e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no caso do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (Graciano e Di Pierro, 2003).

Nesse ínterim, a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), no Ministério da Educação, desenvolveu uma série de iniciativas voltadas à reformulação de referenciais curriculares, disseminação de materiais didáticos e implantação de um programa de formação de educadores das redes de escolas estaduais e municipais. Assim, após a elaboração e aprovação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), em 2000, foram formulados novos Parâmetros Curriculares Nacionais para a EJA (PCN/EJA) e um novo modelo de certificação de estudos: o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

Esses instrumentos normativos articulados demonstravam a intenção da União de fornecer elementos para a reorganização do quadro da EJA no país, subsidiando e reorientando as políticas dos demais agentes públicos ou privados que atuavam no setor, tais como secretarias estaduais e municipais de educação, sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais, entre outros agentes sociais. Esse processo envolveu uma série de situa-

ções contraditórias e resultou em diferentes embates envolvendo agentes sociais ligados à EJA, que se articulavam especialmente em torno dos Fóruns de EJA.

De fato, é no movimento das reformas educativas do governo FHC que as articulações entre currículo, produção didática e, posteriormente, exames passam a ter destaque como instrumentos combinados de uma política educacional destinada a conformar uma proposta para a EJA. Na realidade, esse processo de discussão inicia-se em meados dos anos 1990, com a elaboração da proposta curricular para o primeiro segmento da EJA e a produção da coleção didática *Viver Aprender*. A iniciativa da elaboração curricular coube à Ação Educativa, organização não governamental que atua na área de educação e juventude. Em 1996, o MEC coeditou e distribuiu essa proposta curricular, após manifestar intenção à Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA). Alguns anos depois, em 2000, deu continuidade a essa iniciativa e organizou a Proposta Curricular para o Segundo Segmento do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos – EJA (correspondente à etapa de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries do ensino fundamental), mas dela não decorreu nenhuma proposta oficial para produção de material didático. A elaboração de material didático ocorreria apenas em 2002, mas já como parte do processo de formulação do Exame Nacional de Certificação de Competências da EJA, o ENCCEJA. Dessa forma, ao longo do governo FHC, a questão do material didático para EJA passou de uma conformação orientada por um currículo prescrito para uma nova forma de configuração definida pelo currículo avaliado; ou seja, os exames de certificação.

Ao mesmo tempo em que desenvolvia esta política centralizada de currículo e avaliação, em 2001 — mas com tempo previsto de execução até 2003 —, foi lançado o Programa de Apoio a Estados e Municípios para a Educação Fundamental de Jovens e Adultos,

denominado Programa Recomeço – Supletivo de Qualidade, integrado ao Projeto Alvorada. O governo preconizava articular as ações da EJA a um conjunto de programas sociais, de infraestrutura e desenvolvimento que, em tese, estariam voltados para a redução das desigualdades regionais e melhoria das condições de vida nas localidades mais carentes do Brasil. O objetivo do Programa Recomeço era apoiar, com recursos financeiros, estados das regiões Norte e Nordeste e municípios de microrregiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Era também prover ensino fundamental a jovens e adultos, assegurando a continuidade de estudos aos egressos do Programa Alfabetização Solidária. Entre suas ações, o PAS previa a aquisição de livro didático ou módulo e/ou impressão de material didático adequado à educação de jovens e adultos do ensino fundamental, 1.º e 2.º segmentos; a aquisição e reprodução de materiais didáticos e pedagógicos.

Portanto, as atuações da União, no período do governo FHC, no âmbito do MEC, relacionadas à produção didática para a EJA, foram marcadas pelo Programa Recomeço, criado para complementar recursos destinados à EJA, e que financiou a produção de materiais didáticos pelas secretarias municipais e estaduais; e pelo PAS, que adotou a coleção *Viver Aprender*, e desenvolveu, junto a seus parceiros, materiais para a campanha de alfabetização. A produção didática passa a ser ferramenta de controle da oferta da EJA, vinculando-se à questão do currículo e articulando-se aos exames de certificação por meio do ENCCEJA. A política do governo FHC oscila entre a descentralização de recursos para a produção didática localizada, e a definição de instrumentos normativos — currículos e exames — que definem formas e conteúdos para essa produção.

Por outro lado, além dos materiais que resultam das ações da União, vários outros surgem como resultado de iniciativas de governos municipais ligados à gestão de partidos considerados

progressistas, como o Partido dos Trabalhadores (PT). A experiência do PT na prefeitura de São Paulo em 1990, com a presença de Paulo Freire à frente da Secretaria de Educação, foi fonte de inspiração para o resgate de experiências anteriores à ditadura militar, nas quais a participação da sociedade civil era fundamental para promover a inclusão educacional das parcelas pobres da população.

Foi nesse contexto, por exemplo, que surgiu o Movimento de Alfabetização (MOVA). O MOVA espalhou-se por todo o país, em governos municipais e estaduais de diversos partidos, mas principalmente nas gestões do Partido dos Trabalhadores. De acordo com Haddad (2007), o modelo implementado, ao envolver entidades e movimentos sociais, fortaleceu no âmbito da sociedade civil a demanda por EJA e por experiências educacionais, as quais estimulavam a produção de materiais didáticos coletivamente por professores e estudantes.

Algumas prefeituras também protagonizaram, por meio de suas equipes pedagógicas, a produção de materiais didáticos significativos. Em Porto Alegre, foram editados pelo Sistema de Educação de Jovens e Adultos (SEJA) os livros *Palavras de trabalhador*, produtos da experiência educativa realizada com jovens e adultos trabalhadores, e o conceito de totalidades do conhecimento nos livros. Em Goiás, como resultado de uma parceria entre o MEB, a secretaria municipal de Goiânia e o Instituto Brasil Central da Diocese de Goiânia, foram elaborados alguns materiais didáticos, entre eles a coletânea de textos *Nossa Vida Lida e Escrita* (1996); a coletânea de textos e atividades de leitura e escrita *De um Tudo* (1998); e a coletânea desenvolvida por professores e estudantes *Um Passo na Construção da Nossa Pasta do Projeto AJA* (1996 e 2000).<sup>5</sup> Assim, durante a década de 1990, vários materiais foram

---

5. As informações sobre os materiais produzidos em Goiás foram obtidas no Museu Virtual organizado pela equipe da Faculdade de Educação no endereço: <http://www.fe.ufg.br/museu>.



produzidos no âmbito das experiências educativas, patrocinadas por prefeituras progressistas ou desenvolvidas por ONGs, ligadas aos princípios dos movimentos de educação e cultura popular.

Além dessas produções, instituições ligadas ao movimento dos trabalhadores — como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) —, em parceria inicial com a PUC/SP e depois com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Unitrabalho<sup>6</sup> e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), produziram materiais didáticos significativos no interior dos Programas Integrar e Integração. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) também desenvolveu materiais didáticos para serem utilizados nos acampamentos e assentamentos.<sup>7</sup>

A partir do final dos anos 1990, o segmento das editoras comerciais também viveu um cenário de expansão propiciado pelo processo de consolidação dos cursos de EJA, especialmente quando, em 1998, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a apoiar estados e municípios na produção e aquisição de materiais por meio do Programa Recomeço. A facilidade de uso dos recursos promoveu a presença de editoras com produção didática destinada à EJA em praticamente todas as regiões do país, com exceção do Centro-Oeste. Mesmo assim verificou-se uma concentração do mercado, com 36% das edito-

---

6. Fundado em 29 out. 1998, o Núcleo/Incubadora Unitrabalho (UEM) realiza pesquisa, extensão e estudos sobre o mundo do trabalho e os movimentos sociais. Formado por docentes, pesquisadores, técnicos e discentes de diversas áreas profissionais, produz e difunde conhecimento, apoiando iniciativas locais para a geração de renda, concretizando políticas de trabalho e sociais na perspectiva dos direitos e defesa da cidadania do trabalhador. Seu objetivo é que a Universidade e os trabalhadores interajam para o desenvolvimento de projetos e ações que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida, trabalho e renda. Disponível em: <http://www.unitrabalho.uem.br/sobre-34#1>. Acesso em 2 jun. 2018.

7. Os materiais didáticos da CUT, do SEJA de Porto Alegre e do MST foram analisados por Fávero (2007).

ras sediadas em São Paulo, 21% em Curitiba, e 15% em Fortaleza. Além disso, a produção destinada à EJA revelou estratégias comerciais e dispositivos editoriais que demonstravam uma produção de baixa qualidade editorial, fosse do ponto de vista da materialidade ou do conteúdo escolar.<sup>8</sup>

### **Produção didática para EJA no governo Lula: avanços e contradições**

A partir de 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, as reformas educativas efetuadas na gestão anterior passaram a ser objeto de reconsiderações e revisões. O próprio MEC sofreu várias reformulações com a reorganização de sua estrutura. Programas, projetos e ações do MEC foram, aos poucos, reorientados. Para enfrentar a questão do analfabetismo, por exemplo, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) em 2003. A EJA, nesse processo de reformulação da política educacional, passou a ser responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), criada em 2004. O Programa Recomeço foi rebatizado de Fazendo Escola, sofreu algumas alterações e foi progressivamente estendido a todas as regiões do país, com valores *per capita* diferenciados em uma escala proporcional ao déficit educativo das localidades.

No novo contexto dado pela criação da SECAD, a atuação da União em relação à produção didática voltada à EJA dividiu-se entre a elaboração pelo MEC de uma proposta de material didático de caráter interdisciplinar e flexível, a coleção Cadernos de

---

8. Veja-se a respeito Mello (2010), quando analisa detalhadamente a produção didática de EJA das editoras comerciais indicando estratégias editoriais que comprometem a qualidade da produção. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012011-142038/pt-br.php>. Acesso em 7 jun.2018.

*EJA* (2007), que foi articulada à formação do professor por meio da coleção *Trabalhando com EJA* (2006); a produção de novos materiais didáticos voltados à promoção da leitura de jovens e adultos recém-alfabetizados, como o *Almanaque Aluá n. 2* e a coleção *Literatura para Todos* (2006); além da manutenção da política de transferência de recursos financeiros aos entes federados por meio de programas como o Fazendo Escola e o PBA, e de materiais vinculados aos exames de certificação, o ENCCEJA.

A criação do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), em 2007 (Resolução n. 18, de 24 de abril de 2007), no âmbito do PBA, representou um momento de inflexão da política de materiais didáticos implementada até então. A EJA foi incluída no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ainda que, naquele momento, atendendo apenas à etapa de alfabetização. Com o fim do Fazendo Escola, a inclusão da EJA no recém-reformulado Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB),<sup>9</sup> a política da SECAD desloca-se da transferência de recursos para entidades, para o investimento em programas que estimulam a produção centralizada de materiais didáticos, com foco no livro, passando a beneficiar o mercado editorial.

Mantendo essa tendência, as edições do PNLA de 2009 e 2010 ampliaram o universo de alunos atendidos, passando a incorporar, além dos alfabetizando inscritos no PBA, as turmas regulares de alfabetização na educação de jovens e adultos das

---

9. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional n. 53/2006 e regulamentado pela Lei n. 11.494/2007 e pelo Decreto n. 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/fundeb-sp-1090794249>. Acesso em 7 jun. 2018.

redes públicas de ensino. Por fim, ainda em 2009, o PNLA foi extinto e incorporado a um novo programa, mais amplo: o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA, 2011). Criado pela Resolução n. 51, de 16 de setembro de 2009, o PNLD EJA passou a distribuir obras e coleções didáticas para todas as escolas públicas com turmas de EJA e para as turmas de alfabetização das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado. Em sua primeira edição, em 2011, o Programa atendeu cerca de quatro milhões de estudantes e professores, tendo distribuído aproximadamente 17 milhões de livros.

**Tabela 1:** Resultado do processo de avaliação do PNLD EJA 2011 (nº de obras)

| Etapa da EJA                      | Avaliadas | Aprovadas | Reprovadas |
|-----------------------------------|-----------|-----------|------------|
| Alfabetização                     | 27        | 14        | 13         |
| Anos iniciais EF                  | 14        | 03        | 11         |
| Anos finais EF                    | 10        | 02        | 08         |
| Regionais de História e Geografia | 14        | 02        | 12         |
| Total                             | 65        | 21        | 44         |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados do FNDE

Os resultados do processo de avaliação do PNLD EJA 2011 indicam que apenas 32% das obras avaliadas foram aprovadas. Mas o fato de já ter havido um processo de avaliação por conta do anterior PNLA mascara o resultado. Muitas obras aprovadas no PNLD EJA já haviam sido aprovadas no PNLA. Assim, se considerarmos a avaliação dos livros dos anos iniciais e finais do EF e regionais que nunca haviam sido submetidos à avaliação, verificamos que o índice de aprovação foi de apenas 21% das obras. O elevado índice de reprovação revela, portanto, a baixa qualidade pedagógica do material destinado à EJA produzido no país pelo mercado editorial.

Outros aspectos ainda chamam atenção no resultado. O primeiro revela a dinâmica de concentração do mercado editorial. Das onze editoras que tiveram suas coleções aprovadas, apenas três editoras, todas situadas no estado de São Paulo, foram responsáveis por 57% das obras aprovadas: a Ática (quatro coleções); a FTD (cinco coleções); e a Global (três coleções). Outro aspecto é que duas das três coleções aprovadas no PNLDE EJA pela editora Global já haviam sido produzidas e distribuídas pelo próprio MEC no governo FHC. Com o fim do governo FHC, a Ação Educativa, que detinha os direitos autorais da coleção, passou a publicá-la pela editora Global. Com isso, o número de obras inéditas aprovadas poderia ser reduzido a escassos 10% das coleções avaliadas.

Outro elemento central da política de materiais didáticos no governo Lula foi a produção de material literário destinado ao público da EJA. Para tanto, foi criado em 2005, o Concurso Literatura para Todos, com o objetivo de estimular a produção literária destinada a jovens, adultos e idosos em processo de alfabetização. Segundo Maciel (2007, p. 538) a produção do material literário da coleção procurou atender especificidades da EJA, ou o chamado *neoleitor*, desde seu projeto editorial:

A coleção destaca-se por seu projeto gráfico. Foi avaliado que o tamanho dos textos literários em circulação, a complexidade da forma, a falta de intimidade com autores e obras deixam à margem excelentes oportunidades de aproximar os neoleitores dos textos literários. [...] No projeto gráfico considerou-se também que os livros precisariam ser ao mesmo tempo atraentes e práticos e para isso foram selecionados diversos estilos de ilustrações que dialogam com o texto e o universo do neoleitor. A coleção tem um formato e uma mancha gráfica que pretende favorecer a aproximação do neoleitor com o texto e tornar os livros simples e bonitos.

Mas, a partir de 2009, seguindo uma nova diretriz da política de materiais didáticos, pautada pela inclusão da EJA em editais gerais destinados à educação básica, a SECAD promoveu a chamada de obras literárias destinadas a todos os segmentos da EJA no edital do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). O desafio que o PNBE trouxe foi como identificar obras literárias que atendessem o público da EJA. Isso rompia com a lógica do Concurso Literatura para Todos<sup>10</sup> que previa a elaboração de textos exclusivamente pensados para o público da EJA. De certo modo, a inserção da EJA no PNBE questionou a necessidade de produção ou mesmo a existência de materiais literários em formatos específicos para o público da EJA, indicando disjunções entre iniciativas do próprio MEC.

Para equilibrar as estratégias de inserção da EJA nas ações da educação básica, a SECAD tomou algumas iniciativas de fomento à produção de materiais didáticos que não privilegiassem apenas grupos organizados de produtores ligados ao mercado editorial. Ainda no final de 2008, foram lançadas duas resoluções voltadas à produção ou ao fomento à produção de materiais didáticos diversos destinados à EJA. A Resolução n. 51 visava ao fomento à produção de material pedagógico-formativo e de apoio didático à EJA, com ênfase na *economia solidária*. Por sua vez, a Resolução n. 44 estimulava projetos da sociedade civil que deveriam contemplar a promoção de acesso à leitura e à formação de leitores e mediadores de leitura; a produção e distribuição de tecnologias educacionais de fomento à leitura; e a pesquisa e avaliação sobre leitura.

Em suma, podemos dizer que a União, durante o governo Lula, por meio da SECAD, manteve uma política de materiais didáticos para a EJA que oscilou entre o estímulo dirigido à pro-

---

10. O Concurso chegou a ter três edições premiadas, mas somente a primeira teve as obras publicadas e distribuídas.

dução de materiais didáticos diversos, com perfil pedagógico e editorial definido, que deveriam favorecer os setores da sociedade civil; e iniciativas de captação ou chamada pública de materiais didáticos, por meio de editais conjuntos com a Secretaria de Educação Básica (SEB) que, de certo modo, privilegiavam segmentos organizados do meio editorial com maior capacidade de atender os rígidos critérios formais e técnicos de avaliação dos programas do livro, em especial o PNLD. Por outro lado, essas iniciativas de distribuição de materiais careceram de acompanhamento e avaliação sobre seus impactos nas práticas educativas da EJA e na produção didática para a modalidade, em particular do mercado de livros didáticos no Brasil.

### **Considerações finais**

Uma análise sobre as políticas públicas para produção didática destinada à EJA, nas últimas duas décadas, revela tensões, aproximações e contradições entre atuações do Estado, dos segmentos da sociedade civil e agentes do mercado provenientes da indústria cultural. Trata-se de uma trajetória marcada pela tensão entre continuidade e descontinuidade de programas educacionais e por disputas entre concepções distintas sobre que papel devem representar os materiais didáticos nos processos pedagógicos da EJA. Essa trajetória é, portanto, intrinsecamente vinculada às contradições do contexto histórico. Também é ligada aos embates em torno dos projetos e propostas políticas educativas para a EJA, expressando o antagonismo entre propostas que insistem na certificação e promoção acelerada e aligeirada de formação para conclusão de estudos, e aquelas que projetam formas de educação continuada numa perspectiva política de emancipação social vinculadas às experiências de educação popular.

A tentativa de formulação de uma política específica para produção de materiais didáticos para a EJA foi aprofundada no governo Lula, não mais centrada apenas na articulação entre currículo prescrito, exames padronizados e materiais didáticos preparatórios, como no governo de seu antecessor Fernando Henrique Cardoso. Esse aprofundamento indica uma pluralização de iniciativas, envolvendo a diversidade de sujeitos produtores, e o estímulo à produção de uma multiplicidade de materiais nos mais diferentes suportes, linguagens e conteúdos.

Todavia, trata-se de uma proposta contraditória e incompleta. Falta ao Brasil uma política articulada de fomento da produção e/ou aquisição de materiais didáticos para a EJA que contemple a sua diversidade de iniciativas, que se baseie em critérios de avaliação comuns e específicos para os materiais produzidos, seja no âmbito dos programas oficiais ou das iniciativas apoiadas pelo Estado. Além disso, as próprias iniciativas oficiais se multiplicam internamente na estrutura da União e no âmbito de outras esferas, sobrepondo ações de secretarias e autarquias, algumas convergentes e outras que indicam divergências teóricas e práticas entre os projetos de EJA.

Seria fundamental que o Estado brasileiro assumisse o papel de articular suas ações nos marcos de uma política coerente, de forma a assegurar a pluralidade de sujeitos produtores, evitando a homogeneização da produção didática e a concentração dessa produção nas mãos das grandes editoras e, ao mesmo tempo, garantindo padrões básicos de qualidade para as produções de sujeitos locais. Nesse sentido, mais que proporcionar a produção de um mosaico disperso de materiais, seria preciso pensar a composição de acervos didáticos diversos e coerentes com uma proposta de EJA plural e democrática.

Assim, não basta ao Estado brasileiro, em especial, à União, atuar como um mero distribuidor de materiais avaliados e adquiridos



dos grandes produtores do mercado editorial, ou apenas como um distribuidor de recursos financeiros a entidades da sociedade civil que se propõem a produzir seus próprios materiais didáticos. É preciso, simultaneamente, acompanhar os resultados alcançados com a aplicação dos recursos transferidos por meio de programas de descentralização. Além disso, é necessário estar atento aos efeitos que uma produção didática em massa pode trazer para a EJA, identificando quais são os usos escolares dos materiais entregues pelos programas e quais as possibilidades de reinvenção desses recursos que existem nos espaços escolares.

## Referências

- BEISIEGEL, Celso de Ruy. “Ensino público e educação popular”. In PAIVA, Vanilda Pereira (org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. Brasília: Liber Livro, 2004.
- BRASIL. “Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996”. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, Distrito Federal, 1996.
- \_\_\_\_\_. Proposta Curricular para o Segundo Segmento do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Brasília: MEC, 2002.
- DI PIERRO Maria Clara, GRACIANO, Mariângela. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: informe apresentado à Oficina Regional da UNESCO para América Latina e Caribe. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- FÁVERO, Osmar. “Referências sobre materiais didáticos para a educação popular”. In PAIVA, Vanilda Pereira (org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).
- \_\_\_\_\_. e RIVERO, José. *Educação de Jovens e adultos na América Latina: direito e desafio de todos*. UNESCO: Fundação Santillana, s. d.

- HADDAD, Sérgio. “A educação continuada e as políticas públicas no Brasil”. In *REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos*, v. 1, n. 0, pp. 27-38, ago. 2007.
- MACIEL, Ira Maria. “Coleção Literatura Para Todos. MEC. 2006”. Resenha publicada na *Rev. Bras. Educ.*, v. 12, n. 36, Rio de Janeiro, set./dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141324782007000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782007000300014&lng=en&nrm=iso). Acesso em 7 jun. 2018.
- MELLO, Paulo Eduardo Dias de. *Materiais didáticos para a Educação de Jovens e Adultos: história, formas e conteúdos* (tese). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1983.

## Materiais Didáticos

- AÇÃO EDUCATIVA. *Coleção Viver Aprender*. São Paulo: Global, 2013. Disponível em: <http://www.viveraprender.org.br/colecao/>. Acesso em 7 jun. 2018.
- BRASIL. *Cadernos de EJA*. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/13536-materiais-didaticos>. Acesso em 7 jun. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhando com EJA*. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/13536-materiais-didaticos>. Acesso em 7 jun. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Coleção Literatura para Todos*. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em 7 jun. 2018.
- GOIÂNIA, Secretaria Municipal de Educação. *Nossa Vida Lida e Escrita*. Goiânia, 1996.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. *Um Passo na Construção da Nossa Pasta do Projeto AJA*. Goiânia, 2000.
- MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *De um Tudo*. Goiânia: MEB, 1998.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. SEJA/MOVA. *Palavras de trabalhador*. Porto Alegre, 2003.

SAPÉ. *Almanaque Aluá n. 2*. jan. 2006. Rio de Janeiro: SAPÉ. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003418.pdf>. Acesso em 7 jun. 2018.